

Prefácio à edição portuguesa

Em busca de uma palavra mágica

Aquando da sua primeira publicação em língua alemã, em 2006, o presente texto tinha já sido sujeito a transformações, passando de tese de doutoramento (defendida em 2004 na Faculdade de Artes e Ciências Sociais da Universidade de Leibniz, Hannover) a livro. Como tal, ao perder algum peso em termos de apêndices e dados e ao ser reformulado num denso arco ou linha de raciocínio, assumiu a forma de um ensaio.

A sua publicação em Portugal fica a dever-se à Fundação Gulbenkian, que tão generosamente nos disponibilizou os fundos para a sua tradução e à qual desejo exprimir a minha profunda gratidão. De facto, o projecto implicou toda uma equipa de tradutores e revisores, já que aquela que é, provavelmente, a categoria filosófica central aqui analisada, contra um fundo de dados empíricos e discursos académicos e públicos relacionados (e vice-versa), é o conceito alemão de *Heimat*. Tal como é entendido na Alemanha e aqui, nas conceptualizações de Ernst Bloch (que sublinha o seu imperativo emancipatório e conteúdo utópico) e de Detlev Claussen (que o apresenta como uma categoria de perda e, uma vez mais, envolvendo um conteúdo utópico), *Heimat* não encontra um equivalente exacto no inglês *home* nem nas alternativas portuguesas de «a nossa terra» ou, menos ainda, «pátria». Estou grata aos tradutores João Barrento, Guilherme Dutschke e Rui Cabral e à revisora da tradução, Fátima Dias, pelos seus inestimáveis contributos. Agradeço também a paciência revelada pela Fundação Gulbenkian e pela Imprensa de Ciências Sociais, já que este processo de *intelectual transfer* demorou mais tempo do que o inicialmente previsto.

O presente livro defende a tese de que as políticas de identidade das minorias muçulmanas na Europa constituem uma reacção às das maiorias sociais não muçulmanas. O contexto histórico e desenvolvimental destas novas experiências sociais e subjectivas, que se reflectem nas políticas de identidade, é a Europa. No cerne dos debates, das lutas de poder

e das considerações sobre as subjectividades colectivas (formuladas como «identidades») encontram-se *conceitos de espaço e de pertença*. Emerge então uma palavra que se reveste de um carácter aparentemente nostálgico: *Heimat* (nos discursos em alemão), *home* (nos discursos em inglês). É a palavra-chave nos actuais discursos de diáspora.

As duas coordenadas-chave do discurso de diáspora são *perda da pátria/terra e procura de identidade* num momento (e em sociedades) em que já não existem pontos de referência tradicionais. Pelo contrário, a proliferação de narrativas e discursos sobre as tradições, as lutas de poder em torno da autenticidade nestes mesmos discursos, apontam, em termos sociais, para a perda efectiva das tradições. O mais surpreendente é que essa consciência, descrita como consciência de diáspora, não lhes é específica e não se limita aos sujeitos referenciados por si próprios ou por outrem como «diaspóricos», parecendo antes espelhar uma situação geral de uma sociedade em constante modernização. Esta consciência pode ser mais facilmente detectada na pessoa do *migrante*, já que, na sua experiência de *estranhamento/constrangimento*, o processo social de *alienação* surge codificado. Nos discursos sobre diásporas, a experiência de expatriação, tal como a vivenciada pelos judeus ao longo dos séculos, está actualmente diagnosticada em quase todos os tipos de grupos de indivíduos que são *membros de uma sociedade* e que vivem em centros urbanos onde já não existe uma concordância irreflectida como aquela na memória construída dos «velhos tempos» de convívio em estruturas tradicionais. Nessas novas coordenadas que marcam o quotidiano nos centros urbanos da era da migração e da constante modernização, o que existe é a diversidade e o encontro diário com o estranho, a ausência de um *sentimento de pertença a uma terra* aqui e agora.

Uma conversa quotidiana aparentemente banal poderá ilustrar este fenómeno. O diálogo em causa teve lugar em Lisboa um pouco antes da quadra natalícia, e pode dizer-se que é comum e recorrente nessa época do ano. Eu tinha confrontado um amigo com «a pergunta-padrão característica da época», se assim lhe podemos chamar: «Como vais passar o Natal? Vais à tua terra?» E ele respondeu: «Não tenho terra, sou de Lisboa.» Evidentemente, este meu amigo não deixa de ter, como toda a gente, um lugar de nascimento e um espaço geográfico no qual decorreu a sua socialização. Porém, a sua infância e o seu curso de vida decorreram num meio em constante e acelerada mudança onde o processo da perda de tradições é mais rápido do que nas zonas rurais, às quais se pode regressar mediante a saída do centro da modernização e da diversidade. Estas zonas rurais e as respectivas condições de vida têm sofrido também

profundas modificações. O lugar de origem ao qual se regressa (mediante um acto efectivo de mobilidade, de partida e deslocação) não é igual ao que era quando inicialmente o deixámos. Trata-se de um novo ritual de reencontro que permite uma ligação aos «velhos tempos», uma tentativa (colectiva) de reconexão com uma estrutura (neste caso de Natal, a reunião familiar) sujeita a erosão. Este novo ritual é prontamente assumido como uma tradição, já que implica um efectivo regresso físico ao lugar físico da infância. As crianças não põem em questão as suas condições de vida ou a injustiça das mesmas. Antes das reflexões críticas possibilitadas pelo processo de amadurecimento, a casa ou a região da infância eram o inquestionável lugar de pertença, a *Morada de Ser*. Na percepção deste espaço enquanto *lar e terra* pouco importam as mudanças profundas que o lugar sofreu (similares às dos centros urbanos), uma vez que as novas coordenadas individuais e societais, em geral, já não coincidem com as velhas coordenadas geográficas e societais, do mesmo modo que o indivíduo já não cabe na sua cama de criança e o próprio quarto lhe surge agora como incrivelmente exíguo em comparação com a percepção espacial que a memória dele preserva. O sentimento de pertença a um lugar chamado «terra» decorre do novo ritual de retorno às antigas coordenadas de vida, da reunião colectiva (um acto social), da ligação emocional a algo que já passou (uma experiência de perda) e do desejo e tentativa de restabelecer uma conexão com algo que se perdeu, ou de o reconstruir, ou de construir uma alternativa, sob uma nova forma (um conteúdo de esperança e utopia). Neste processo tornam-se evidentes dois aspectos fundamentais. Primeiramente, o *lugar de pertença* é uma categoria social, muito mais do que geográfica. Em segundo lugar, é uma categoria de perda e declínio e encerra um conteúdo utópico.

A experiência de alienação que traz ao de cima a nostalgia da «terra», bem como o conteúdo utópico de *Heimat*, assume um carácter particularmente opaco na conceptualização de Ernst Bloch, a qual podemos encontrar no final do terceiro e último volume da sua obra *O Princípio Esperança* (1959):

Mas a raiz da história é o ser humano enquanto ser de trabalho e criação, capaz de transformar e superar as circunstâncias do real. No momento em que conseguir tomar consciência de si e fundar o ser numa verdadeira democracia, sem renúncia e sem alienação, nesse momento nascerá no mundo algo que ilumina qualquer infância, mas aonde nunca ninguém entrou: *Heimat*.

Os leitores do original alemão poderão concordar com a interpretação deste *Heimat* de Bloch como a autêntica morada do homem, a *Morada*

de Ser. Ao traduzir esta passagem de Bloch para português, João Barrento recordou-se imediatamente do «Ortschaft des Seins» de Hölderlin, o que conduziu à nossa adopção da fórmula *Morada de Ser* (uma tradução literal da expressão de Hölderlin). O aspecto psicológico individual aqui implicado reflecte-se também no conceito de «pátria» de Cícero, em latim, *Patria est ubicumque est bene*, uma formulação que pode ser interpretada como «a evidência de um estado de bem-estar desproblematizado», no qual o ser/indivíduo se encontra em consonância consigo próprio e com o mundo.

Ao ouvir o meu amigo lisboeta, que ganha a vida como músico *freelancer*, dizer que não tem uma «terra» à qual possa regressar, perguntei-lhe: «E não faz mal?» A resposta que obtive foi: «Implica menos obrigações e limitações e um sentimento diferente de pertença. Eu pertenço a certas pessoas e grupos de pessoas, e não necessariamente a um lugar determinado. E sinto-me em casa no meu trabalho como músico. É aí que posso ser eu próprio.»

Do mesmo modo, o sociólogo polaco Zygmunt Bauman, emigrado no Reino Unido, quando confrontado com a pergunta de um jornalista «o que é que considera a sua terra ou pátria? Onde se sente *em casa*?» (em inglês, *where and what is home to you?*), respondeu: «*Home* é onde estiver a minha máquina de escrever.» Tal como também o verso de Fernando Pessoa «A minha pátria é a língua portuguesa», estas respostas conduzem a uma percepção de terra, ou lugar de pertença, que implica um sentimento de realização pessoal, uma dimensão social (também o trabalho académico não ocorre isoladamente mas em interacção com os outros) e um elemento de emancipação. Tal percepção pode ser conceptualizada como *expatriação emancipada*: encontrar um *lugar de pertença de qualidade de terra* apesar da inexistência de um espaço geográfico concreto, da ausência de um lugar de origem que podemos considerar *home* e ao qual podemos regressar, e/ou apesar da ruptura biográfica do deslocamento.

Neste livro, o conceito de *Morada de Ser* revela-se prometededor, já que as questões de espaço e pertença surgem como o tema fulcral nas políticas de identidade e na experiência subjectiva. A emergência actual destas questões apresenta-se como um fenómeno universal, mas torna-se particularmente evidente no caso dos migrantes. Pertencer a uma comunidade ou a um colectivo que proclama a sua «identidade» tornou-se cada vez mais importante. Trata-se da *ideia de* e da *nostalgia da terra, pátria e lar* numa situação de diáspora. *Home, Heimat*, a nossa terra (como lugar de pertença), não se referem necessariamente a um local geográfico específico. Ao analisar processos de alienação em desenvolvimentos histórico-

-sociais e em conjunto com a proliferação actual de discursos sobre *pátria*, *terra*, *home*, podemos definir a *Morada de Ser* como uma categoria – uma categoria social.

Devemos ter em conta o crescente significado das identidades colectivas numa altura em que as «comunidades» parecem ter mais importância do que as «sociedades». A música e a literatura regionais, os filmes que sentimentalizam o passado regional, os estudos de história local, as expressões de «sentimentos nostálgicos», têm uma presença constante nos *media*. *Home* envolve um carácter de espectáculo – e *home* como espectáculo torna clara a conotação que o termo sempre teve: a de *momento de fronteiras incertas*. Tanto como *home*, a *Morada de Ser* constitui o «encobrimento» das fronteiras. É também uma queda – ou antes uma reincidência – numa coordenada de tempo e espaço *anterior* à entrada em jogo da nação. Ao seguir a hipótese da inevitabilidade da *saudade da pátria, da terra (natal), de um lugar de pertença*, compreendemos que a *Morada de Ser* possui também um conteúdo utópico – sobretudo (mas não exclusivamente) para aqueles membros da sociedade que sofrem uma discriminação, ou exclusão social ou legal, ou se vêem privados da liberdade de pensar e de crer de um modo diferente. Imaginar, desejar e criar um lugar onde viver que possa ser também uma *Morada de Ser*, um lugar de auto-realização, constitui um processo de emancipação. Numa dimensão colectiva, este lugar assume também um carácter político. A necessidade ou o desejo profundo de uma *Morada de Ser* entram em jogo quando estão longe, se não ausentes, a *home, a Heimat, a terra natal*. Subentendem uma aceitação dupla, ou antes dialéctica – nomeadamente a da ausência daquilo a que chamamos «a nossa terra» (ou, nesse sentido, também «pátria») e da impossibilidade de viver sem (um sentimento de ter) uma terra ou pátria.

É significativo que a noção de *home* constitua um tema do exílio. *O que está aqui em causa é o facto de home ser apenas concebível quando pensado em justaposição com a alienação*. De facto, *home* enquanto ideia só surge quando a pátria, a terra, o lugar de pertença, desaparecem. *Home* é uma *designação de perda*, em termos pós-modernos: a perda da identidade. Mas trata-se apenas de uma identidade simples, abstracta ou pseudoconcreta, como diria Hegel. Com a perda de *home*, a correspondência incontestada desaparece. Claussen (1995) afirma que *home* é uma categoria de declínio, de enfraquecimento ou perda – é uma ideia daquilo que desapareceu. Tal pode estabelecer um elo com as experiências muçulmanas e as concepções actuais de espaço e de pertença, nas quais, entre outros conceitos, novas interpretações e significados de uma «identidade muçulmana» e da pertença às comunidades locais e até à comunidade islâmica global

(*Umma*) desempenham um papel importante. Se, por um lado, é evidente que ninguém pode afirmar com seriedade que tais comunidades ou até a *Umma* constituem entidades homogéneas, ou que as culturas muçulmanas, as minorias muçulmanas ou as sociedades muçulmanas majoritárias são iguais e não diversificadas, por outro lado, as tentativas para definir a subjectividade muçulmana (colectiva), são omnipresentes. O mesmo fenómeno é observável em meios sociais não muçulmanos.

Enquanto noção, a ideia subjectiva é vista com maior grau de seriedade do que a realidade, já que esta acarreta uma necessidade inevitável: a aceitação da perda de unidade (dentro de comunidades, por muito demarcadas que sejam). A «identidade colectiva» parece, assim, ser uma categoria de perda, daquilo que falta – uma categoria do que desapareceu. É esta perda objectiva que torna mais forte o conteúdo subjectivo. É a *ficção real* da «identidade», a ideia de se ser uma comunidade, que funciona como ligação entre as diversas culturas muçulmanas em geral, as quais, tal como outros grupos sociais, procuram uma *Morada de Ser*.

Nina Clara Tiesler
Lisboa, Janeiro de 2011